

## O que esperar da política agrícola da China em 2016

Pelo calendário romano, era véspera do Natal de 2015 quando as lideranças do partido central reuniram-se, em Pequim, para definir a política agrícola para 2016 — o ano do macaco, segundo o horóscopo chinês.

Masessa não era a única responsabilidade dos participantes da Conferência Central para Agricultura. O encontro também definiu as prioridades para o campo que constarão do 13º Plano Quinquenal que Pequim divulgará em março. O documento definirá o plano de voo da segunda maior economia do planeta até 2020.

Na abertura do encontro, o presidente chinês Xi Jinping foi direto ao assunto. A segurança dos alimentos será o tema principal do pacote de reformas que o regime prepara para o setor agropecuário. Outra meta é aumentar a produção de cereais e de grãos básicos para a dieta dos chineses.

A novidade, entretanto, estava nas instruções que o primeiro-ministro Li Keqiang enviou para os participantes da conferência. Nos próximos anos, ele quer incentivar a produção de grãos em larga escala. Para isso, deve desenvolver linhas de crédito com condições mais favoráveis para esse público. Contudo, a tarefa não será fácil. É que o país é recortado por milhares de pequenas propriedades rurais — a maioria delas com menos de quatro hectares. Outro desafio será melhorar a segurança jurídica dos contratos de compra e venda de terras.

Para aumentar a produtividade do campo nos próximos anos, o Estado chinês não vai poupar recursos para melhorar os serviços e a infraestrutura das zonas rurais. Outra determinação de Pequim é investir em pesquisas na área de biotecnologia. A ideia é reduzir os custos de produção.

Orientar os agricultores a aplicarem as quantias adequadas de agroquímicos também está nos planos do governo chinês. Segundo pesquisadores de Guandong, é possível reduzir, em até 70%, a quantidade de pesticidas aplicada nas lavouras da região. Na prática, o volume excedente não desempenha qualquer função no controle de pragas. E pior: acaba como resíduo agroquímico nos rios ou nos próprios produtos agropecuários.

Pequim também deve anunciar reformas na política de subsídios. Os programas já custam quase US\$ 300 bilhões por ano. Para se ter uma ideia, o valor já supera o total que os 28 países da União Europeia pagam para os produtores do bloco.

O fato é que a política de garantia de preços mínimos abarrotou os armazéns do Estado chinês com grãos e fibras nos últimos anos. Segundo o Partido Central, o governo chinês acumula cerca de 400 milhões de toneladas de milho. Outras 12 milhões de toneladas de algodão amontoam-se em pilhas nos armazéns estatais. Com a queda dos preços internacionais, a venda desses estoques tornou-se uma dor de cabeça.

A qualidade de muitos lotes também não tem ajudado a atrair compradores. Para reduzir os custos de armazenagem, Pequim vai aumentar o processamento, em 2016, dos grãos encalhados. Reformas na política de preços mínimos também devem constar no 13º Plano

Quinquenal.

A redução da pobreza rural será outro desafio nos próximos anos. Além de investir nas próprias comunidades rurais, o Estado também terá que acelerar o registro dos chineses que chegam às áreas urbanas. Sem a papelada em dia, os novos moradores das cidades têm dificuldades para acessar os serviços de seguridade social.

Para não transformar a urbanização em uma bomba-relógio para os sistemas de pensão e de saúde do país, o governo central terá que flexibilizar, ainda mais, o chamado Hukou — conjunto de regras que controlam as migrações internas desde a década de 1950.

Outro problema que vem tirando o sono das autoridades locais é a poluição, tanto no campo quanto nas cidades. Por isso, a agenda verde também deve ganhar força a partir de 2016. A substituição de combustíveis fósseis por fontes renováveis será uma das maiores apostas dos chineses. Outra meta é reduzir, entre 60% e 65%, as emissões de dióxido de carbono até 2030.

Os chineses também vão investir na despoluição das águas. O ministro de Recursos Hídricos do país já anunciou 172 projetos para os próximos cinco anos – 20 deles devem sair do papel em 2016. A distribuição irregular do período chuvoso e a poluição das fontes limitam o desenvolvimento da agricultura nas regiões centrais do país.

A julgar pelos planejamentos de Pequim, já há quem arrisque que o ano do macaco será o início de uma nova relação entre o campo e as cidades na China.

## Café na xícara de chá

O ano de 2016 começou quente para o mercado de cafeterias na China. A rede norte-americana Starbucks anunciou que vai abrir mais 1900 lojas no país asiático nos próximos três anos. O plano foi anunciado pelo presidente da empresa, Howard Schultz, no início de janeiro.

Para se ter uma ideia do otimismo do executivo, a pretensão é abrir quase que o mesmo número de cafeterias que a Starbucks inaugurou no próprio mercado chinês desde 1999. Atualmente, são 2000 pontos espalhados em toda a China.

"A China passará os Estados Unidos como o maior mercado consumidor da rede Starbucks", afirmou o executivo. Schultz, entretanto, não quis arriscar data específica para a ultrapassagem dos chineses. Mas sabe que o consumo de café deve ter crescimento médio de 18% no gigante asiático nos próximos três anos — muito superior ao crescimento

de 0,9% projetado para o mercado dos Estados Unidos no mesmo período. As projeções são da Euromonitor.

Mudanças recentes na sociedade chinesa ajudam a entender as apostas das cafeterias na terra dos chás. A principal delas é o aumento da renda das famílias. Mas não é a única razão. A atual corrida da população rural para as grandes cidades também tem aumentado as filas nas cafeterias. É que boa parte do consumo acontece nos grandes centros.

A exposição de hábitos ocidentais de consumo tem levado o bom aroma do café para as populações mais jovens do país. Aí, vale ressaltar o papel das redes sociais - ainda que sob o controle do Estado. A explosão do turismo chinês em países da Europa também tem sido uma boa vitrine para o café em terras asiáticas.

Mas a estratégia da companhia também contou pontos no jogo acirrado pelo

mercado chinês de bebidas quentes. Para convencer os chineses a pagarem até US\$ 5 por uma xícara de café, os dirigentes da Starbucks reproduziram, nas cafeterias da rede, o ambiente das tradicionais casas de chá. Novos itens também foram incluídos no cardápio.

Alguns especialistas ouvidos pelo The Wall Street Journal concordam com a importância da adaptação da marca ao gosto dos chineses. Mas alertam que não deve "afastar-se demais de sua imagem ocidental". A autenticidade deve ser mantida para conquistar os novos integrantes da classe média. Já a adaptação é importante para atrair os chineses mais tradicionais para dentro das cafeterias.

A máxima da filosofia budista sobre o "caminho do meio" parece ser uma boa dica para empresários do setor de cafeterias que apostam suas fichas no mercado chinês.

## Um banco para acalmar os ânimos

Agora é oficial. O Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) abriu suas portas no dia 17 de janeiro de 2016. As operações já começam no segundo semestre. A meta do primeiro presidente da instituição, o chinês Jin Ligun, é injetar de US\$ 50 bilhões a US\$ 75 bilhões em obras na Ásia até 2020.

O AIIB tornou-se um dos pilares da política externa do presidente chinês Xi Jinping para os países vizinhos. Com sede em Pequim, a instituição conta com 57 países fundadores. Muitos deles são tradicionais aliados de Washington. É o caso da Grã-Bretanha, Austrália e Coreia do Sul.

Os Estados Unidos, no entanto, não

aderiam à proposta chinesa. Por isso, muitos analistas já rotulam o AIIB como a resposta de Pequim ao Banco Mundial. Com sede em Washington, o BM tem liderado os empréstimos a países em desenvolvimento desde o final da Segunda Guerra Mundial. "É enorme a demanda da região por financiamentos para obras de infraestrutura", disse Xi durante a cerimônia de inauguração do novo banco.

Ideologias à parte, Pequim dá uma demonstração de poder econômico em um início de ano marcado por quedas consecutivas da Bolsa de Shanghai. A economia do dragão asiático cresceu 6,9% em 2015 - foi o menor resultado nos últimos 25 anos. Do lado de fora das

muralhas, crescem as especulações sobre novas desvalorizações da moeda local, o Yuan.

É fato que o comportamento das ações chinesas sinaliza pouco sobre a saúde da economia do país. Mesmo assim, alguns analistas já começam a questionar a habilidade de Pequim de transitar entre o controle estatal e as forças de mercado.

Na prática, querem saber se o Partido Central conseguirá reformar o sistema financeiro do país. O rígido controle sobre capitais também preocupa investidores internacionais. Para retomar a confiança dos céticos, o novo banco parece ser parte da resposta de Pequim.

## Muralha mais baixa para o agronegócio canadense

Os empresários canadenses querem um acordo de livre comércio com a China. Essa é a conclusão do estudo "Correndo atrás da China" (tradução livre), que o Conselho Empresarial Canadá-China divulgou no dia 21 de janeiro, em Toronto.

Os autores apontam diversos motivos para que diplomatas de Pequim e de Ottawa tomem seus assentos à mesa de negociações. O acordo geraria mais de US\$ 5,5 bilhões de dólares em 15 anos. Somente no Canadá, o ganho de

comércio resultaria em mais de 25 mil postos de trabalho.

O agronegócio seria um dos setores mais beneficiados por um eventual acordo com Pequim. Os canadenses estão de olho

no aumento do consumo de carnes, de vinho e de frutos do mar na nova classe média chinesa – segmento que deverá chegar a mais de 800 milhões de pessoas até 2030.

O estudo também sugere que o Canadá faça parte do recém-criado Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, o AIIB. Aliados tradicionais de Ottawa - como a França, o Reino Unido e a Austrália – já aderiram à instituição comandada por Pequim.

Segundo a agência de notícias Xinhua, pesquisas preliminares apontam que os empresários não são os únicos a apoiarem um acordo de livre comércio com a China. A própria população canadense também sinaliza simpatia pela aproximação comercial com a segunda maior economia do planeta.

Pequim e Ottawa já ensaiaram um acordo de livre comércio em 2012. As negociações, entretanto, emperram quando os canadenses impuseram regras mais rigorosas sobre investimentos. Hora de rever as posições.



